

Ata de 22 de março de 2022 - Reunião Ordinária da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual de 1ª Grau – CPEAMAS

Às 19 horas do dia 22 de março de 2022, reuniram-se de forma remota, as seguintes integrantes da CPEAMAS-PG: as magistradas Thania e Ana Luisa e presidente da Comissão, Gabriela; as integrantes, Ivone, Ellen, Elóiza e Caroline. Inicialmente, a magistrada Gabriela repassou a informação acerca da produção da Cartilha. Dando continuidade, foi realizada uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão até o momento, sendo elencados alguns pontos de observação, os quais serão apresentados por eixo, e socializados com a reunião conjunta com a CPEAMAS-SG, que ocorrerá no próximo dia 25 de março de 2022. Dos pontos de debate - 1) *da atuação das Comissões*: apesar de entendermos que poderíamos ter tido ações mais concretas, destacamos o êxito no trabalho de estruturação das Comissões, considerando especialmente, o pouco tempo de atuação da gestão; destaca-se especialmente a elaboração do regimento interno de forma positiva, bem como, a elaboração da cartilha; 2) *da relação com a CPEAMAS-SG*: entendemos que a atuação conjunta é necessária e precisa se manter a partir da construção de novas estratégias para que o diálogo seja mais efetivo, pois, sentimos que houve falha de comunicação; notamos que as ideias e propostas inicialmente foram coletivas, no entanto, não conseguimos nos inserir de modo orgânico na implementação das mesmas, por exemplo, o Workshop foi implementado sem sermos notificados da construção da proposta sendo que tomamos conhecimento na semana em que os encontros se iniciariam, do mesmo modo, a proposta de reunião presencial veio como uma data “fechada” sem que fossemos consultados da disponibilidade e/ou com antecedência razoável para viabilizarmos a nossa participação presencial; essas questões como outras, nos fizeram sentir quase que como uma Comissão Proforma; destacamos em reunião que tais críticas tratam de levantarmos os problemas observados para que nas próximas gestões superemos tais demandas, e a Comissão de PG alcance uma representatividade real para que os/as servidores sintam-se reconhecidos para acionar esta Comissão; é preciso considerar a dificuldade de mobilidade para quem está alocado no interior; é preciso considerar para quaisquer agendas a dificuldade de liberação dos servidores; sugestão: que na próxima gestão, seja definido um calendário prévio das reuniões conjuntas e presenciais, com as respectivas convocações, para que servidores do interior e mesmo da capital possam ter dispensa; 3) *da estrutura das Comissões* – é importante que o Tribunal considere a importância das Comissões, um bom início seria a garantia de pelo menos um/a servidor/a direcionado/a para secretariar as Comissões; é necessário que haja uma sensibilização por parte do Tribunal, em relação aos gestores para uma proteção dos/as participantes da Comissão, visto que há relatos de servidores que tiveram a participação na Comissão questionada por suas chefias; as agendas precisam considerar um período mínimo de antecedência para que servidores e magistrados possam organizar as suas agendas e dispensas; reuniões presenciais precisam ser convocadas oficialmente para a liberação de participação; 4) *da necessidade de protocolos de trabalho* – importante que ambas as comissões se atentem para demandas que chegam às comissões que precisarão ser sanadas também, de maneira coletiva, como exemplo, pensar a recorrência de determinadas notícias por parte de uma categoria profissional - porque são recorrentes? - e por conseguinte, trabalhar a prevenção também, a partir dessas situações concretas (exemplo diálogo com gestores); a construção de protocolos nesse sentido, se faz necessária – exemplo, como as diretorias recebem e encaminham determinadas demandas?. Considerando a presente avaliação, os pontos acima destacados serão disponibilizados à Comissão de SG. Era o que tinha a registrar, eu, Ellen Caroline Pereira, secretária desta Comissão, lavro a presente ata.